



AUTORIZAÇÃO N.º 4373/2014

1 – O Pedido

Fafedis – Sociedade de Distribuição, S.A., com o NIPC 507019792, vem notificar à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de gestão da atividade comercial (adesão ao cartão fidelidade) e marketing.

Os dados objeto de registo são os seguintes:

Nome e sobrenome, data de nascimento, morada, código postal, estado civil (facultativo), números de telefone, telemóvel, e-mail (facultativos), profissão (facultativo), número de filhos (facultativo), nome e data de nascimento dos filhos (facultativo), número de pessoas que compõem o agregado familiar (facultativo), tipo de habitação (facultativo).

A recolha dos dados é feita presencialmente, através da internet em www.e-leclerc.pt, mediante o preenchimento do formulário de que está junto modelo aos autos e onde está prevista a possibilidade de o subscritor assinalar que não pretende participar em ações de marketing.

O titular pode conhecer, corrigir e eliminar os dados que lhe respeitem através de pedido dirigido à responsável.

No formulário de notificação não estão indicadas quaisquer medidas de segurança física e lógica a implementar pela requerente.

A requerente propõe-se conservar os dados pelo período de 20 anos após a recolha dos dados.

2 – Apreciação

Os dados são tratados no âmbito de uma relação contratual, pelo que a CNPD considera que existe legitimidade para o tratamento (cf. artigo 6.º, alínea a), da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro).



Os dados pessoais recolhidos são pertinentes, necessários e não excessivos em relação às finalidades do tratamento (cf. alínea c) do nº1 do artigo 5º da Lei nº 67/98 de 26 de outubro).

Caso os dados sejam recolhidos através de inscrição *on line*, o titular dos dados deve ser informado de que os dados pessoais podem circular em rede aberta sem condições de segurança, correndo o risco de serem vistos e utilizados por terceiros não autorizados (artigo 10º nº4 da Lei nº 67/98, de 26 de outubro).

Os dados devem ser exatos e, se necessário, atualizados (artigo 5.º, alínea d), da Lei 67/98), sendo conservados apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha e do tratamento posterior (artigo 5.º. alínea e), da Lei 67/98), sendo que incumbe ao responsável tomar as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados ou retificados os dados inexatos ou incompletos ou não necessários (artigo 5.º n.º 1, alíneas c) e d) e n.º 3 da Lei 67/98).

Significa isto que a responsável pelo tratamento deve eliminar os dados quando tiver sido atingida a finalidade que fundamentou a recolha, pelo que só pode conservá-los enquanto se mantiver a relação contratual.

No momento da recolha ou da atualização dos dados existentes deve ser assegurado direito de informação e acesso nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, bem como o direito de o titular se opor à utilização dos seus dados pessoais para fins de marketing (cf. alínea b) do artigo 12º da Lei nº 67/98, de 26 de outubro).

Independentemente das medidas de segurança adotadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança da informação e dos dados pessoais tratados.



3 - Conclusão

Em face do exposto, a CNPD autoriza o tratamento, nos termos declarados e observadas que sejam as condições acima referidas, consignando-se, nos termos dos artigos 6º, alínea a), 12º e 30.º da Lei 67/98, de 26 de outubro, o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Fafedis – Sociedade de Distribuição, S.A.

Finalidade do tratamento: gestão da actividade comercial e marketing (adesão ao cartão fidelidade)

Categorias de dados pessoais tratados: Nome e sobrenome, data de nascimento, morada, código postal, estado civil (facultativo), números de telefone, telemóvel, e-mail (facultativos), profissão (facultativo), número de filhos (facultativo), nome e data de nascimento dos filhos (facultativo), número de pessoas que compõem o agregado familiar (facultativo), tipo de habitação (facultativo)

Comunicação de dados pessoais: não há

Forma de exercício do direito de acesso e retificação: através de pedido dirigido à responsável, presencialmente e por escrito

Interconexões de dados pessoais: não há

Transferência de dados para países terceiros: não há.

Lisboa, 6 de maio de 2014

Filipa Calvão (Presidente)